

Novo título para ajudar a Petrobrás

27 FEV 1991

Sinda Göt

GAZETA MERCANTIL

por Getúlio Bittencourt
de Nova York

A proposta de relançamento do "new money trade", o título no valor total de US\$ 600 milhões previsto no acordo sobre a dívida brasileira em vigor, mas retido pelo governo no ano passado, tem um objetivo específico: assegurar a liquidez do poder público e, particularmente, da Petrobrás.

"Ao contrário da versão original, em que o papel podia ser lançado por qualquer devedor brasileiro, agora só o setor público estaria autorizado", explicou ontem a este jornal o negociador da dívida externa, embaixador Jório Dauster. "E, no início, a maior parte dos recursos assim captados seria destinada à compra de petróleo", acrescentou.

O "new money trade" substituiria assim as linhas de curto prazo para financiamento de comércio do projeto 3, que terminam em março próximo e, na verdade, já estão mingando. Há pelo menos um mês discute-se no setor financeiro de Nova York a possi-

bilidade de a Petrobrás enfrentar dificuldades para captar recursos depois de março.

Enquanto o governo brasileiro sofre essa pressão de um lado, os bancos sofrem outra: a reunião da Interagency Country Exposure Review Committee (ICERC), a agência reguladora do risco soberano para os bancos norte-americanos, marcada para 11 de março. Como já apurou este jornal e reiterou ontem a Dow Jones, os bancos podem ser forçados pela agência a descartar "write down" mais 20% de seu portfólio brasileiro.

A ICERC já forçou os bancos a descartar 20% desse portfólio no ano passado, ao degradar sua percepção do risco brasileiro. No caso dos bancos mais afetados, tal decisão dos reguladores da agência interministerial representaria um descarte de US\$ 540 milhões em títulos do Brasil no Citicorp; US\$ 300 milhões no Bankamerica; US\$ 260 milhões no Chase Manhattan; e US\$ 200 milhões no Manufacturers Hanover.

A discussão entre o Brasil e os bancos pode começar hoje, caso os banqueiros do comitê assessor já tenham chegado a um acordo para responder às últimas propostas brasileiras.

O embaixador Dauster confirmou ontem a este jornal que, se os banqueiros tiverem interesse, outros títulos do acordo de 1988 sobre a dívida, como o "exit bond" e o "Parallel Financing Agreement" (PFA), poderão ser usados como moedas alternativas no programa de privatização do País.

É pouco provável, porém, que os bancos se interessem pela utilização do "exit bond", que o Manufacturers Hanover calculava ontem oferecer um retorno ao investidor de 14,1%, ante cerca de 11% dos bônus mexicanos pelo Plano Brady de redução da dívida.

O PFA é outra história; no mercado secundário atualmente, apenas o Morgan Grenfell, o banco de investimento inglês controlado pelo banco alemão Deutsche Bank AG, apresenta uma cotação para ele — que é em geral de um ponto abaixo do Multi Year Deposit Facility Agreement (MYDFA), o principal instrumento da dívida. Encontrar um uso para es-

se papel pode interessar os credores.

O embaixador Dauster observou também que, em sua última proposta, o Brasil concorda em desvincular o pagamento que propôs, de 18,75% sobre os US\$ 8 bilhões em juros atrasados acumulados até dezembro de 1990, de um acordo sobre o principal da dívida: "Mas esse pagamento estará vinculado, evidentemente, a um acordo sobre os juros atrasados", explicou.

Esse pagamento também não se daria de uma vez só; os 18,75% sobre o juro atrasado de US\$ 8 bilhões representam cerca de US\$ 1,5 bilhão. O Brasil se propõe a pagar 33,3% desse US\$ 1,5 bilhão assim que se chegar a um acordo sobre os atrasados, e o restante em nove parcelas mensais, que começariam a ser desembolsadas depois que todos os bancos assinarem o acordo.

(Continua na página 26)